

AS NARRATIVAS DE ÁRBITRAS DE FUTEBOL BRASILEIRAS E OS MODOS DE AGÊNCIA*

Igor Chagas Monteiro

igorcmonteiroef@gmail.com

Mariana Cristina Borges Novais

maribnovais@hotmail.com

Fernanda Dias Coelho

diascoelhofernanda@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar como a agência individual de árbitras e a chegada de mulheres na arbitragem podem ter contribuído para diminuir a desigualdade de gênero nesse campo. As narrativas das árbitras foram coletadas por entrevistas semiestruturadas. As árbitras se inseriram na arbitragem do futebol mais por agência individual do que coletiva. Elas apresentaram características de perseguir seus projetos, e suas boas atuações lhes conferiram “mais agência” e “mais poder” no campo.

PALAVRAS-CHAVE

árbitra de futebol; gênero; agência

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste numa revisitação de dados empíricos provenientes da dissertação de mestrado que investigou as trajetórias de árbitras brasileiras no futebol profissional. A pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas realizadas com árbitras e ex-árbitras de futebol², sobre suas carreiras na arbitragem. Na dissertação, foram entrevistadas dez mulheres. Neste trabalho, utilizamos dados provenientes das entrevistas de quatro ex-árbitras pioneiras que se formaram nas décadas de 1980 e 1990, são elas: Cláudia Guedes (53 anos), Sílvia Regina (51 anos), Cássia Alves Dias (47 anos) e Ana Paula Oliveira (36 anos).

* O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para sua realização.

² As entrevistas foram realizadas em 2015 e as colaboradoras concordaram em participar através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a publicação de seus nomes.



O acesso delas à arbitragem foi motivado pela família, pela experiência esportiva e pela visibilidade de mulheres referência na arbitragem, fato que contribuiu de forma importante para a chegada de novas árbitras a partir dos anos 2000. Todas as nossas entrevistadas atuaram em competições nacionais e internacionais de destaque e tiveram o encerramento de suas carreiras motivado por fatores sociais e lesões. Essas árbitras, formadas nas décadas de 1980 e 1990, quebraram barreiras, superaram inúmeras dificuldades no campo da arbitragem e contribuíram para consolidar a atuação das mulheres como árbitras de futebol.

A partir de leituras sobre “agência individual e poder”, à luz da concepção teórica de Sherry Ortner (2006), as entrevistas das quatro ex-árbitras pioneiras foram revisitadas com o objetivo de analisar como a agência individual dessas árbitras e a chegada de mulheres na arbitragem podem ter contribuído para diminuir a desigualdade de gênero nesse campo.

A AGÊNCIA E AS ÁRBITRAS DE FUTEBOL

Assumimos, para a análise de nossos dados, a concepção teórica sobre agência baseada na antropóloga feminista norte-americana Sherry Ortner (2006), que foca as suas análises na relação entre agência e questões de gênero. Para a autora, nas relações de gênero, encontramos exemplos robustos de agência e poder.

As reflexões de Ortner sobre agência são centradas no conceito de “jogos sérios”. Os “jogos sérios” envolvem atores sociais que são vistos como “agentes”, já que “agência” remete ao indivíduo autônomo, individualista e ocidental. Pela teoria da prática, temos uma oposição entre “agência” e “estrutura”. A antropóloga argumenta que os agentes sociais estão envolvidos em múltiplas relações sociais nas quais estão enredados e não podem agir fora delas. Todos os atores sociais “têm” agência (ORTNER, 2006).

Ao falar do conceito de agência, a autora argumenta que, para se chegar a uma definição, a melhor forma lhe parece ser a reflexão sobre sua intencionalidade, universalidade e construção cultural, e acerca das relações entre agência e poder. A noção de agência possui dois campos de significado: a intencionalidade (perseguir projetos) e o poder, sendo que este, quando exercido de cima para baixo, funciona como dominação, e quando de baixo para cima, resistência (ORTNER, 2006).

Em um ensaio sobre os contos infantis dos irmãos Grimm, no qual as protagonistas são mulheres, a agência se manifesta, em grande parte, através de uma linguagem de atividade e passividade. As características de atividade estão associadas aos protagonistas homens/heróis e de passividade às mulheres, mesmo quando elas são as protagonistas/heroínas. Segundo a autora: “atividade implica perseguir projetos, passividade implica não apenas não perseguir projetos, como evitar, de certo modo, até o desejo de fazê-lo” (ORTNER, 2006, p. 59).

A agência pode ser individual, quando diz, por exemplo, sobre a intenção de uma mulher se tornar árbitra de futebol, sem nenhum interesse político, e coletiva quando ocorre algum estímulo de um órgão público ou de um coletivo de mulheres com vistas a ampliar a participação delas como árbitras de futebol.

O trabalho que nos ajudou a refletir sobre o tema foi o de Campos (2015) sobre a chegada das juízas na magistratura brasileira. Inicialmente, identificamos que as árbitras de futebol foram e ainda são comumente chamadas de juízas, mas também encontramos outros pontos que dialogam com nossa pesquisa.

Campos (2015) percebeu que as primeiras magistradas nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, quando chegaram à magistratura, alcançaram seus cargos mais por agência individual do que coletiva. Ou seja, o que as levou ao cargo foi o próprio interesse em se tornar magistrada, mais do que um projeto político de entrar num campo, desbravá-lo e ampliar a participação das mulheres.

Essa forma de inserção das juízas dialoga com nossos dados porque as ex-árbitras pioneiras entrevistadas falaram do desejo de se tornarem árbitras: “E eu já adorava ver os homens de preto [árbitros] (risos), já ia aos jogos com os meus 12, 13 anos de idade, porque meu pai me levava às partidas de futebol” (Sílvia Regina). O incentivo do pai é um fator que chama nossa atenção neste agenciamento, Ana Paula Oliveira que tinha o pai como incentivador e árbitro a levava para suas partidas de futebol amador e a colocava a beira do campo, atuando como anotadora.



As ex-árbitras de futebol de nosso estudo, assim como as juízas da investigação de Campos (2015), ingressaram na arbitragem mais por agência individual, com exceção de Cláudia Guedes, que fez um curso de arbitragem exclusivo para mulheres, no Rio de Janeiro, promovido por uma associação de árbitros carioca em 1983. Segundo Cláudia “[...] era a primeira vez no mundo em que organizava um curso só para a formação de árbitras de futebol”.

Cláudia queria ser treinadora de futebol, mas como existiam muitas barreiras ela vislumbrou por meio da arbitragem o acesso ao universo do futebol. O seu interesse em ser treinadora de futebol motivou o ingresso na arbitragem e a agência (coletiva) dessa associação de árbitros, criando um curso para mulheres pode ter também contribuído. Quando elas se tornaram árbitras não tiveram (ou tiveram poucas) mulheres para se espelharem: “Começando aqui em Campinas, no campo de várzea, nos meus 15, 16 anos não tinha meninas. E quando fui para a federação imaginei que fosse encontrar um número maior, mas na ocasião não se tinha, eram poucos nomes de mulheres que atuavam” (Ana Paula Oliveira).

Mesmo considerando que o ingresso na arbitragem tenha se dado mais por agência individual de cada uma, sem uma intenção coletiva ou política, é inegável que a presença dessas árbitras nos estádios nas décadas de 1980 e 1990 pode ter contribuído para a visibilidade de mulheres nesse campo de atuação esportiva, provocando um aumento da procura de mulheres por cursos de arbitragem, principalmente a partir dos anos 2000. Aqui é possível observar a importância da “mulher referência” de que falam Silvana Goellner, Paula Silva e Paula Botelho-Gomes (2013): a carreira como árbitra torna-se mais tangível para outras mulheres ao verem uma mulher no campo.

Sílvia Regina formou-se árbitra em 1980, na cidade de Mauá-SP, pertenceu ao quadro da FIFA. Ela integrou o primeiro trio de arbitragem composto por mulheres a atuar no Campeonato Brasileiro Série A Masculino, em 2003, e foi a primeira mulher a apitar uma partida da Copa Sul-americana masculina também em 2003. Sílvia Regina, rompe com desigualdades de gênero ao conquistar este espaço no futebol brasileiro, pois este é agenciado coletivamente por homens que dominam de modo perene e permanente o campo.

Ana Paula Oliveira formou-se árbitra em 1997, no Estado de São Paulo, sendo uma árbitra assistente do quadro FIFA, integrou também, ao lado de Sílvia Regina e Aline Lambert, o trio de árbitras no Campeonato Brasileiro, em 2003, quando atuou em 8 das 46 rodadas daquele campeonato. Ana Paula também é, até os dias atuais, a única árbitra assistente a atuar em partidas da Copa Libertadores da América masculina em 2005 (REIS; ARRUDA, 2011).

Cláudia Guedes também foi árbitra central. Atuou na I Copa do Mundo de Futebol de mulheres FIFA, em 1991, na China, sendo a primeira mulher a apitar uma partida de uma competição organizada pela FIFA, quando dirigiu a disputa pelo 3º lugar entre Alemanha e Suécia. Foi a única árbitra sul-americana a atuar nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, ano em que o futebol de mulheres foi inserido nos Jogos Olímpicos. Ingressou no quadro da FIFA em 1995, ano em que foi criado o quadro internacional de mulheres árbitras pela entidade, permanecendo até o ano 2000. Cássia Alves Dias foi árbitra central, formada na Federação Mineira, e atuou entre 1996 e 2008, chegando ao quadro da CBF em 1998. Atuou em partidas de segunda e terceira divisões dos Campeonatos Mineiro e Brasileiro masculinos na década de 2000.

Essas conquistas que as árbitras pioneiras tiveram, a nosso ver, estão associadas ao que Ortner (2006) chama de “atividade”, que seria a característica de uma pessoa perseguir projetos pelos quais elas lutaram, estudaram e se dedicaram muito para se consolidarem num campo tão identificado com os homens.

Outras questões que identificamos dizem sobre as boas atuações das árbitras nas partidas, as quais lhes proporcionaram ascensão na carreira, e possivelmente também lhes conferiu “mais agência” e “mais poder” no campo, conforme podemos perceber no relato de Cássia Alves Dias: “Eu acho que as boas arbitragens que eu fiz. Igual eu te falei, a partir desse jogo aí, ele [o diretor de arbitragem] já começou a me dar mais oportunidades como árbitra central”.

As dificuldades enfrentadas foram as mais diversas, desde as que todos os árbitros enfrentam até as questões de gênero num campo associado ao poder masculino e que sempre dificultou as experiências das mulheres no futebol. Entretanto, essas árbitras superaram as barreiras “jogando esse jogo”, ora resistindo, ora reproduzindo algum *status quo* ou até “aparentemente não fazendo nada”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As árbitras pioneiras se inseriram no campo de futebol apitando as partidas muito mais por uma agência individual do que coletiva. Esse fato, mesmo que não represente uma intenção política, parece ter contribuído para o interesse de novas árbitras principalmente a partir dos anos 2000. Mesmo em um campo marcadamente dominado pelos homens, as boas atuações das árbitras geraram “mais agência” e “mais poder” para as mulheres nesse campo.

As árbitras têm agência de formas variadas, seja pela resistência, reprodução de *status quo* ou até “não fazendo nada aparentemente”.

THE NARRATIVES OF BRAZILIAN FEMALE SOCCER REFEREES ANDE THE AGENCY MODES

ABSTRACT

The study aimed to analyze how the individual agency of referees and the arrival of women in refereeing may have contributed to reduce gender inequality in this field. The referees' narratives were collected through semi-structured interviews. The referees were involved in refereeing more by individual agency than collective agency, they presented characteristics of pursuing their projects and their good performances gave them “more agency” and “more power” in the field.

KEYWORDS: *female soccer referee; gender; agency.*

LAS NARRATIVAS DE ÁRBITRAS DE FÚTBOL BRASILEÑAS Y LOS MODOS DE AGENCIA

RESUMEN

El estudio objetivó analizar cómo la agencia individual de árbitras y la llegada de mujeres en el arbitraje puede haber contribuido a disminuir la desigualdad de género en ese campo. Las narrativas de las árbitras fueron recogidas por entrevistas semiestructuradas. Las árbitras se insertaron en el arbitraje en fútbol más por agencia individual que colectiva, presentaron características de perseguir sus proyectos y sus buenas actuaciones les han conferido “más agencia” y “más poder” en el campo.

PALABRAS CLAVES: *árbitra de fútbol; género; agencia.*

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, V. P. P. *A chegada da Meritíssimas: um estudo sobre as relações entre agência individual, ocupação feminina de um espaço de poder e mudança social.* 2015. 274f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife, 2015.
- GOELLNER, S. V.; SILVA, P.; BOTELHO-GOMES, P. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no jornalismo esportivo de Portugal: um estudo sobre a Algarve Women's Football Cup. *Movimento*, Porto Alegre, p. 171-189, abr. 2013.
- ORTNER, S. Poder e Projetos: Reflexões sobre a agência. In: *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiânia, jun. 2006.
- REIS, F. P. G.; ARRUDA, I. E. A. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. *EFDeportes.com*, Buenos Aires, v. 16, n. 162, nov. 2011.

